



Câmara Municipal de Mococa

PODER LEGISLATIVO

PROTOCOLO

Número	Data	Rubrica
518	25/02/13	LPS

DESPACHO

APROVADO

Sala das Sessões 25/02/13

GUILHERME DE SOUZA GOMES
PRESIDENTE

EMENTA

REQUERIMENTO Nº. 238 /2013.

Solicita informações ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da possibilidade de concessão do 14º Salário aos Servidores do Legislativo Municipal.

EXMO. SR. PRESIDENTE:

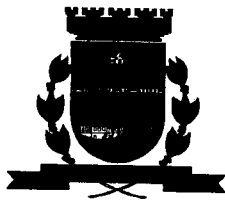
REQUEIRO à Mesa, cumpridas as formalidades Regimentais da Casa, após a manifestação do Nobre Plenário, no sentido de ser oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mococa, Guilherme de Souza Gomes, para que Sua Excelência informe a possibilidade de concessão do 14º Salário aos Servidores do Legislativo Municipal.

Justificativa:-

Como é do conhecimento geral, nos últimos anos, a economia brasileira tem crescido em ritmo significativo. Já figuramos entre as seis maiores economias do mundo. No entanto, segundo análise do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), a participação do rendimento do trabalho na renda nacional continua abaixo do que seria razoável esperar. Passou de 48% para 42,4% da renda nacional, com ligeira alta depois, chegando a 43,4% em 2009. Apesar dessa recuperação verificada entre 2002 e 2009, o instituto destaca que "a participação do rendimento do trabalho na renda nacional encontra-se ainda 9,6% abaixo do observado em 1995, início da recente estabilização monetária no Brasil". Também é uma forma de incentivo e valorização dos serviços prestados pelos servidores ao desenvolvimento de nosso Município. É necessário que os frutos do crescimento da economia cheguem também ao trabalhador público municipal.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 25 de fevereiro de 2013.

ELIAS DE SISTO
Vereador/PMDB



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

Ofício nº.180/2013-CM.

Mococa, 15 de março de 2013.

Prezado Vereador:

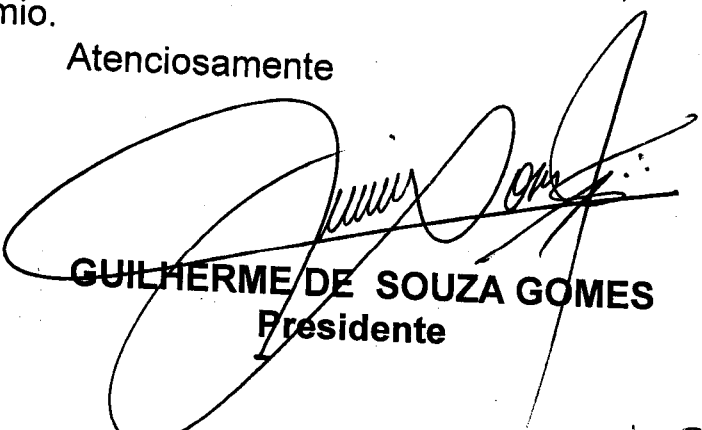
Em atenção ao Requerimento nº238/2013, protocolado nesta Casa sob nº.518/2013, subscrito por Vossa Senhoria, informamos que os funcionários do Poder Legislativo Municipal já são contemplados com o salário prêmio, instituído pela Lei Complementar nº 192, de 07 de novembro de 2005, cópia anexa.

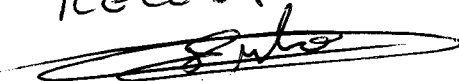
Em relação ao 14º salário, objeto do requerimento do Nobre Vereador, o mesmo não é contemplado pela CLT. Trata-se de um bônus para o empregado, algo que recebe a mais por atingir objetivos.

Alias, conforme matérias jornalísticas em anexo, a **Câmara Federal** está extinguindo tal pagamento.

Assim, entendemos que o Poder Legislativo Municipal de Mococa já contempla seus funcionários, todos celetistas, com o Salário Prêmio.

Atenciosamente


GUILHERME DE SOUZA GOMES
Presidente

Recebido: 21-03-13


Ilmo. Senhor
Elias de Sisto
Vereador à Câmara Municipal de
Mococa-SP

Edifício "Dra. Esther de Figueiredo Ferraz"
Praça Marechal Deodoro, 26 - Centro - CEP 13.730-047 - Mococa - SP
Telefone: (19) 3656-0002 - Email: camaramococa@yahoo.com.br

www.camaramococa.sp.gov.br

Ucamare



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

Lei Complementar nº 192, de 07 de novembro de 2005.

Dispõe sobre a concessão do benefício do Salário-Prêmio aos servidores da Câmara Municipal de Mococa.

APARECIDO ESPANHA, Prefeito Municipal de Mococa,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em Sessão realizada no dia 31 de outubro de 2005, aprovou Projeto de Lei Complementar nº 020/2005, de autoria da Mesa da Câmara Municipal, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - A todos os servidores com vínculo empregatício junto à Câmara Municipal de Mococa, ocupante de emprego permanente ou em comissão, será concedido o benefício do **Salário-Prêmio**, equivalente ao salário base individual de um mês, desde que, no período de dois anos, sejam atendidos os seguinte requisitos cumulativamente:

I - Não possua nenhuma falta justificada, injustificada ou abonada;

II - Não tenha sido afastado ou licenciado do serviço público por qualquer motivo;

III - Não tenha sofrido qualquer penalidade administrativa.

Art. 2º - O início da contagem do período de 02 (dois) anos para os servidores que já se encontrem na ativa será a data da publicação desta Lei Complementar.

Parágrafo único – Para os servidores que vierem a se ingressar no serviço da Câmara Municipal, o início da contagem do prazo bienal será o da data do início do contrato de trabalho.

Art. 3º - Cabe ao setor de contabilidade da Câmara Municipal o controle das condições para o pagamento automático do benefício do Salário-Prêmio.

Art. 4º - O pagamento do Salário-Prêmio será efetuado no mês subsequente ao da aquisição do direito ao benefício.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA

Estado de São Paulo

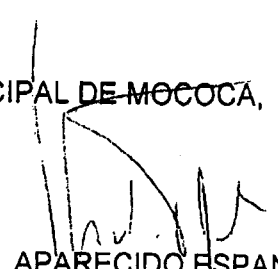
Gabinete do Prefeito

Lei Complementar nº 192, de 07 de novembro de 2005.

Art. 5º - As despesas correntes da presente Lei Complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA, 07 de novembro de 2005.


APARECIDO ESPANHA
Prefeito Municipal


DR. MARCELO TORRES FREITAS
Chefe da Assessoria Jurídica

Brasília, 21 de Março de 2013

Câmara vota hoje lei que acaba com 14º e 15º salários

Autor(es): Isabel Braga
O Globo - 27/02/2013

Deputados prometem aprovar a proposta, que mantém pagamento no início e no fim de cada legislatura

BRASÍLIA A Câmara promete aprovar hoje proposta que reduz o pagamento dos chamados 14º e 15º salários pagos a deputados e senadores há 65 anos e que provocam um impacto anual extra de R\$ 31 milhões nas contas do Legislativo. A proposta, já votada no Senado e que estava parada nas comissões da Câmara desde maio do ano passado, acaba com o pagamento dos dois salários extras anuais, mas mantém esse pagamento no início e no final de cada legislatura de quatro anos, no caso de deputados, e oito, no caso de senadores. Como o voto é aberto e há pressão da sociedade, os deputados creem que a proposta deverá ser aprovada, com o 14º salário deste ano já incorporado às suas contas bancárias, uma vez que o benefício foi pago em fevereiro.

Para a manutenção dos dois salários, alega-se que eles servirão de ajuda de custo para compensar as despesas com mudança e transporte do parlamentar para trabalhar em Brasília. O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), logo na primeira reunião de líderes de sua gestão, foi cobrado pelo PSDB e outros partidos para votar a proposta, que sempre encontrou resistência para avançar nas duas Casas. Ontem, Alves conseguiu o apoio de todos os líderes partidários.

- O que desgasta a imagem da casa é sua omissão. A imagem da casa será melhor dependendo do nosso trabalho. O (fim do) 14º e 15º é algo que já estava pautado nas comissões no ano passado, ficou para este ano e, agora, todos os líderes apoiaram a votação em plenário - disse Alves.

- O pagamento do 14º e 15º salários é uma vergonha nacional, é inaceitável. Será o fim imediato desse privilégio - disse ontem o líder do PSDB, Carlos Sampaio (SP).

Apresentado em 2 de fevereiro de 2011 no Senado pela então senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), o projeto foi aprovado no plenário do Senado em maio do ano passado, dois meses após a Associação dos Servidores do Ministério Público Federal entrar com pedido no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo o fim do pagamento desses extras aos parlamentares. Sob pressão da opinião pública, o texto foi aprovado simbolicamente e sem manifestações contrárias, no plenário. Como não foi votado na Câmara ano passado, cada parlamentar conseguiu receber o 15º de 2012 e o 14º de 2013.

O deputado Reguffe (PDT-DF), que abriu mão do benefício desde o início de seu mandato, em 2011, criticou o pagamento:

- É algo tão óbvio que não precisava essa polêmica toda. Todo trabalhar tem direito a doze meses de salário e ao 13º. Por que com os deputados precisa ser diferente? É uma coisa absurda, inaceitável.

Esse benefício é pago desde 1946 aos parlamentares para cobrir gastos que eles teriam com o deslocamento de suas famílias para o Rio de Janeiro, então sede do Congresso Nacional, por ser a capital do Brasil.

Quinta-feira, 21 de março de 2013



Miami

Vá e volta, a partir de

US\$799,00* ou R\$ 1.566,00*

VOOS OPERADOS POR TAM E/OU LAN AIRLINES

*Preços em real calculados pelo câmbio de R\$ 1,96 de 18/02/2013.

CHAMPA VÃO E O DIA DO VÔO
 É O DIA DA DESPEDIDA E DO VÔO
 VÔO OPERADO POR TAM E/OU LAN AIRLINES

TAM
 LINHAS AÉREAS
 TATILIA

Capa Olá! Zapping Nas ruas Grana Trabalho Dicas Defesa do Cidadão Editorial Vencer Show! Brasil Mundo Máquina Revista da Hora

Brasil

28/02/2013

ENVIAR POR E-MAIL

Câmara aprova fim de 14º e 15º salários no Congresso

Folha de S.Paulo

Brasília - Os deputados aprovaram ontem projeto que acaba com a ajuda de custo para os parlamentares no início e no fim de cada ano e que é conhecida como 14º e 15º salários.

De acordo com o projeto, o benefício será pago somente no primeiro e no último mês dos mandatos de deputado (de quatro anos) e de senador (oito anos).

O pagamento, no valor de R\$ 26.723,13, era feito a título de ajuda de custo.

A estimativa é que a decisão possa gerar uma economia anual de R\$ 31 milhões.

O texto aprovado é de autoria da então senadora e atual ministra Gleisi Hoffmann (Casa Civil).

- **Lêa esta reportagem completa na edição impressa do Agora nesta quinta, 28 de fevereiro, nas bancas**
- **Assine o Agora**

Sala Comercial

Salas Comerciais de 37 a 463m² Excelente Região de Fácil Acesso
 Mac.com.br/GalleryOffices

Anuncie aqui

Comentar esta reportagem

Termos e condições

ÍNDICE

21/03/2013

Presidente da Câmara pede saída de pastor de comissão

20/03/2013

Comitiva de Dilma em Roma usa 52 quartos e 17 carros

19/03/2013

Ministra crê que Jango foi assassinado na Argentina

18/03/2013

Queda na receita do petróleo põe em risco finanças do Rio

17/03/2013

Auditoria mostra diferença em preços pagos por governo

16/03/2013

Dilma troca três ministros para ter mais apoios

15/03/2013

Brasil cresce em índice de desenvolvimento humano

14/03/2013

Sessão de estreia de pastor tem bate-boca e tumulto

13/03/2013

Assessores de pastor na Câmara ficam em igrejas

12/03/2013

Presidente do PT pede a saída de pastor de comissão

11/03/2013

Conflito entre PT e PMDB cria risco para Dilma nos Estados

10/03/2013

Renda para sair da miséria não paga nem dieta básica

09/03/2013

Deputado tenta anular a votação da lei do petróleo

PUBLICIDADE

via e volta, a partir de

Miami US\$799,00* ou R\$ 1.566,00*

VOOS OPERADOS TAM E/OU LAN AIRLINES

*Preços em real calculados pelo câmbio de R\$ 1,96 de 18/02/2013.

CONTEÇA VAS LITREAS COMISSA PACY
 OLOPOBEN UNOS MES ESTADOS UN DOS

TAM

ALUGA CAMIONETAS

PUBLICIDADE

Boston Medical Group SP
 Impotência ou Ejaculação Precoce? Líderes em
 Saúde Sexual Masculina
 BostonMedicalGroup.com.br/SP

Sala Comercial
 Salas Comerciais de 37 a 463m² Excelente Região
 de Fácil Acesso
 Mac.com.br/GalleryOffices

Brasília - SP (CGH)
 Trechos TAM a partir de 6x R\$ 41,33 ou R\$ 248.
 Compre agora!
 TAM.com.br

Emagreça com Herbalife
 Shakes, Chás e Tabletes. Entrega Rápida em Todo
 o Brasil.
 www.herbanutricao.com

Momento de Investir!
 Adagio City Aparthotel Alphaville, alta visibilidade.
 Próximo de SP.
 AdagioAlphaville.com.br

BUSCA

BUSCAR

VEJA AS CAPAS DE:

Sex Sáb Dom Seg Ter Qua Qui



DE QUE VOCÊ PRECISA? Previdência

PREVIDÊNCIA

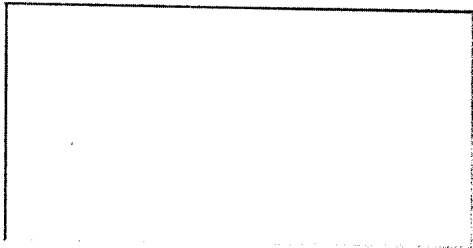
- Agende sua consulta pela internet
- Calcule sua aposentadoria
- Consulte as perícias agendadas
- Peça a declaração de tempo de contribuição
- Veja o andamento do seu processo

FALE COM O AGORA

Tire suas dúvidas, mande sua
 reclamação e fale com a redação.

[globo.com](#)

- [notícias](#)
- [esportes](#)
- [entretenimento](#)
- [vídeos](#)
- [ASSINE JÁ](#)
- [CENTRAL](#)
- [E-MAIL](#)
[criar e-mail globomail free globomail pro](#)
- [ENTRAR >](#)

[Política](#)

27/02/2013 18h19 - Atualizado em 27/02/2013 21h19

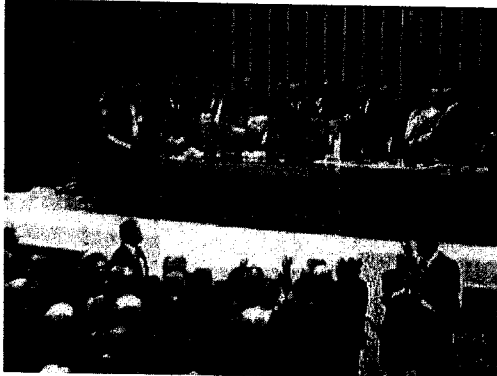
Câmara aprova fim dos 14º e 15º salários pagos aos congressistas

Proposta que extinguiu a ajuda de custo será promulgada pelo Congresso. Câmara e Senado devem economizar ao menos R\$ 30,1 milhões por ano.

Fabiano Costa Do G1, em Brasília

Recomendar 23 mil
Tweeter 683

406 comentários



A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (27), em votação simbólica, o projeto que determina o fim dos 14º e 15º salários pagos todos os anos a senadores e deputados federais.

A proposta, de autoria da senadora licenciada Gleisi Hoffmann (PT-PR), atual ministra-chefe da Casa Civil, será encaminhada para promulgação pelo presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

"É o cumprimento cívico do dever desta Casa. Foi um momento que passou. Essa Casa, por unanimidade, portanto, encerrou esse episódio e virou essa página", comentou o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), ao final da votação que extinguiu a ajuda de custo.

O vencimento mensal dos congressistas, sem contar benefícios como plano de saúde, passagens aéreas e cota para gastos de gabinete (que cobre telefone, correspondências, transporte e outros itens), é de R\$ 26.723,13. Somados, os dois subsídios adicionais acresciam R\$ 53.446,26 aos contracheques dos parlamentares.

A medida deve gerar uma economia anual de, pelo menos, R\$ 30,1 milhões para o parlamento, considerando-se o que foi gasto pelas duas casas com esses benefícios em 2012. No último ano, a Câmara destinou R\$ 26.215.390,53 para custear os 14º e 15º salários dos deputados, enquanto que o Senado desembolsou R\$ 3.901.576,98.

No primeiro pagamento de 2012, realizado em fevereiro, a despesa da Câmara somou R\$ 13.602.073,17. Apenas quatro dos 513 parlamentares da Casa não quiseram embolsar o auxílio.

Já em dezembro, quando ocorreu a quitação da ajuda de custo final de 2012, 41 deputados deixaram de receber, voluntariamente, o benefício. O 15º salário do ano passado custou R\$ 12.613.317,36 aos cofres da Câmara.

Por fim, no início deste mês, a Casa pagou R\$ 12.960.718,05 para bancar o 14º salário de deputados. Desta vez, 485 parlamentares tiveram os contracheques engrossados com o auxílio.

Com as novas regras, os 513 deputados federais e 81 senadores passarão a receber contribuições financeiras equivalentes ao valor do vencimento mensal